



**ATA Nº 02/2019 – REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.** Aos vinte e oito dias do mês de março de dois mil e dezenove, às 13:45 horas, reuniram-se na Casa dos Conselhos de Balneário Camboriú, sito na Rua 1822, nº 1510, os(as) seguintes **conselheiros(as)** do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência: Aline Cristina Grinwald (FMEBC); Ana Carolina Lemes Cavalheiro (Sec. Educação); Natália Camila Cidra Mansolim (Procuradoria), Fabrício Pereira Melo (Secretaria de Segurança Pública-DECOE), Dalmir Augusto da Silva (Titular/ADVIR – Deficientes Visuais), Jessica Pereira Cardozo (Titular/Amor pra Down); Gévelyn Cássia Almeida (UNIBAC) Contando com a participação das seguintes representações: Sarita Koloski (Intérprete de LIBRAS/PMBC); Acassia A. Rodrigues (SDIS); Victor Pereira (SDIS); Maria Aparecida (AFADEFI); Diogo Fernando da Silva (CEM Ariribá) e Mariene de Sena Silva (Casa dos Conselhos). A Presidente Jéssica cumprimenta os presentes e dá início à reunião solicitando que os presentes se apresentem, visto a presença de diversos participantes externos. Em seguida faz a leitura da pauta: 1) Boas vindas e apresentação; 2) Leitura dos ofícios recebidos e expedidos; 3) Discussão sobre Fundo municipal; 4) Fórum: inscrições, palestrantes, organização, comissão eleitoral; 5) Apresentação e bate papo Acassia e Victor; 6) Retorno sobre reunião com Comissão de defesa dos direitos da pessoa com deficiência; 7) Apresentação Diogo; 8) Pauta livre; 9) Encerramento da reunião. Jéssica fala sobre a questão do **Fórum de entidades** para eleição das entidades não-governamentais para compor a gestão 2019/2021 do Conselho. Diz que o Edital já foi lançado, mas solicita aos conselheiros se há a possibilidade de realizar-se algumas retificações, visto que ainda não havia inscritos. Fala ainda que a Comissão eleitoral é formada por Ketlin, Aline e Taísa. Neste momento, ressalta que nem as entidades ali presentes inscreveram-se e reforça o convite e fala da importância de o fazer. Sobre a retificação no edital, solicita aos conselheiros que altere-se a data de inscrição, para até o dia 17 de abril, onde a homologação dos inscritos dar-se-á no dia 22 e então, no dia 25 de abril, ocorrerá o Fórum de Entidades na Câmara de Vereadores à partir das 14h. As alterações foram aprovadas por unanimidade pelos Conselheiros presentes. Em seguida fala-se sobre quais *temas serão abordados no Fórum e sugestão de palestrantes*. Jéssica sugere que convide-se o Presidente do Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência e também a Presidente Bianca, do CMDPD do município de Itajaí. Gevelyn sugere que convide-se a Senadora Mara Gabrilly, que apoia a causa das pessoas com deficiência. Diz que se conseguíssemos uma mensagem dela, mesmo que por videochamada, seria de grande valia; os Conselheiros apoiam as ideias de convidados, dizendo ainda ser interessante que as pessoas com deficiência, sendo parte do Conselho ou não, tenham um lugar de fala. Jéssica reforça ainda a documentação necessária para inscrever-se: Ata da eleição da mesa diretora da entidade, estatuto e Relatório de Atividades da entidade, bem como a ficha de inscrição, anexa ao Edital. Tal documentação deve ser entregue na Casa dos Conselhos até o dia 17/04. A participante Sarita se dispôs a estar traduzindo em LIBRAS no dia do evento, para a inclusão dos participantes surdos. Em seguida a presidente passa para o ponto de pauta: **Apresentação e bate papo Acassia e Victor: Ambos**



apresentam-se e falam que o papel deles é de mediação com a Secretária de Desenvolvimento e Inclusão Social. Acassia fala que estará a frente do Núcleo da Pessoa com Deficiência e deseja essa aproximação com o conselho, para que as demandas sejam ouvidas e atendidas. Jéssica diz que espera que haja essa aproximação, visto que por inúmeras vezes tentou-se contato com a Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão Social, mas que a mesma não respondeu nenhum dos ofícios encaminhados e nem os questionamentos postos por este Conselho. Acassia e Victor reforçaram que o papel deles é realmente de aproximação. Em seguida, a presidente passa a palavra para Diogo Fernando da Silva. Diogo relata sua história, dizendo que é coordenador pedagógico e que possui deficiência auditiva. Diz que passou no concurso público em 2016 e iniciou seus trabalhos na CEM Ariribá, onde com um pouco de dificuldade conseguia exercer seu trabalho, com a ajuda de colegas. Fala ainda que por ter vontade de trabalhar com alunos dos anos iniciais, pediu transferência para uma outra escola e disse que ali começou a ter problemas. Os colegas de trabalho não o auxiliavam e ele notou que passou a sofrer discriminação. Falou que o trabalho tornou-se mais dificultoso, visto suas limitações e problemas no ambiente organizacional. Diz que pela legislação, é previsto que ele pode solicitar um auxiliar e recorreu tanto a gestão da escola, quanto à Secretaria de Educação, recebendo negativas de ambos. Vêm a este Conselho então, pedir ajuda, para o que possa ser feito para que ajude a situação dele. Diz ainda que solicitou transferência novamente para a CEM Ariribá, onde sentia-se acolhido, mas mesmo assim gostaria de ter um auxiliar. Os conselheiros levantaram diversas ideias, desde ter um estagiário, até emitir parecer a Secretaria de Educação, mas não ficou decidido sobre essas ideias. Jéssica diz que trabalha com consultoria voltada para a área de emprego apoiado, onde diz ser a melhor solução, porque o ambiente organizacional se transforma e se adapta para lidar com as pessoas com deficiência, e que isso é a verdadeira inclusão. Jéssica e alguns conselheiros colocaram-se à disposição para conversar com a Direção da escola sobre essa questão e enviar um ofício à Secretaria de Educação. Retorno sobre reunião com Comissão de defesa dos direitos da pessoa com deficiência: Jessica relatou que participou de uma reunião na Assembleia Legislativa, com a presença do presidente da Comissão e sua secretária, Janice. O convite foi realizado às principais instituições que atendem pessoas com deficiência no Estado. Mencionou que o presidente, Sr Deputado Vicente Caropreso teve uma rápida participação, pois tinha compromisso na sequência. O principal ponto levantado pelas instituições, foi a respeito de projetos e incentivos financeiros a nível estadual, para as instituições que atendem pessoa com deficiência. Foi evidenciado que as Apaes recebem repasses oriundos do ICMS e que as instituições que atendem as demais deficiências também deveriam acessar estes recursos, inclusive ampliando o valor estipulado. O presidente mencionou que uma forma assertiva de arrecadação seria pedágios municipais.

Sem mais a ser tratado, é dada por encerrada a reunião, e eu, Mariene de Sena Silva, Secretária Executiva da Casa dos Conselhos, lavro a seguinte ata que, após lida e aprovada, será assinada pela presidente e demais conselheiros presentes para que surta os efeitos legais.